

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 24/2015
PREGÃO PRESENCIAL – SRP- Nº. 17/2015**

Processo nº: 2015.02.005794
Validade da Ata: 12(doze) meses

FUNDAÇÃO UNIRG, fundação pública com personalidade jurídica de direito público, entidade da administração descentralizada do município de Gurupi, inscrita no CNPJ sob nº 01.210.830/0001-06, com sede na Avenida Pará, nº 2.432, quadra 20, lote 01, Setor Waldir Lins II, CEP: 77.423-250, Gurupi/TO, neste ato representado por seu Presidente **ANTÔNIO SÁVIO BARBALHO DO NASCIMENTO**, brasileiro, solteiro, advogado, portador de RG 616.172 SSP/DF e inscrito no CPF sob nº 244.010.481-72 e, residente e domiciliado nesta Cidade.

REAL FOTOGRAFIA E EVENTOS LTDA-ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 04.698.576/0001-25, Inscrição Estadual nº 29.341.196-4, com sede no endereço Rua Ministro Alfredo Nasser, nº 1358, Centro, CEP 77.405-130, telefones: (63) 3312-1452/8431-6557 e 8404-7424, Gurupi-TO, neste ato representada pelo Sr. **JOSIVALDO MIRANDA**, brasileiro, casado, empresário, portador de RG nº 111299 SEJSP-TO, inscrito no CPF nº 380.483.291-15, telefone: (63) 8404-8405, residente e domiciliado em Gurupi Tocantins.

Resolve: Registrar os preços para a **contratação de empresa especializada na prestação de serviços de coffee break e fornecimento de lanches diversos**, visando atender a Fundação e Centro Universitário UNIRG, proveniente da sessão pública do Pregão Presencial nº 17/2015.

1. DO FUNDAMENTO LEGAL

1.1 A presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS decorre de homologação do **Pregão Presencial nº. 17/2015**, na forma da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Federal nº 7.892 de 23 de janeiro de 2013, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, aplicando-se subsidiariamente, no que couberem, as disposições da Lei federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com alterações posteriores, e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie, e ato de ratificação do Senhor Presidente da Fundação UNIRG, conforme **Termo de Homologação datado de 11/08/2015**, exarado no despacho da Presidência nº **774/2015** às folhas nº **182**, tudo constante no **Processo Administrativo nº 2015.02.0015794**, do qual passa a fazer parte integrante este Instrumento.

2. DOS CONTEMPLADOS EM 1º LUGAR

2.1. Os preços e quantitativos dos licitantes mais bem classificados durante a etapa competitiva:

EMPRESA REGISTRADA: REAL FOTOFRAFIA E EVENTOS LTDA ME					
CNPJ: 04.698.576/0001-25					
LOTE	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT	UNITÁRIO	TOTAL
01	Fornecimento de lanche - Padrão I Cardápio: Salgado assado, com recheio de presunto, queijo e tomate, ou com recheio de frango, ou com recheio de carne, peso mínimo de 100gr, conforme quantidade solicitada. Bebidas: Refrigerante normal e diet em lata 350 ml; (Sabor Cola, Laranja)	Pessoa	2040	R\$ 10,00	R\$ 20.400,00

	e Guaraná) e/ou suco caixinha 200 ml. Materiais: Guardanapos descartáveis suficientes para a quantidade solicitada				
02	Fornecimento de Coffee Break – Padrão II Cardápio: Empada; Pastel; Coxinha; Croquete; Quibe; Pastel Frito; Bolinho de Queijo; Pão de queijo; Bebidas: Refrigerante normal e diet sabor: Cola, Laranja e Guaraná; Sucos sabores variados (03 no mínimo); Café. Serviço de Buffet: Material (copos, guardanapos, mesa, toalha de mesa) e pessoal para ornamentação;	Pessoa	3380	R\$ 14,00	R\$ 47.320,00
03	Fornecimento de Coffee Break – Padrão III Cardápio: Torta de Frango; Empada; Pastel de milho; Coxinha; Croquete; Pastel frito de carne; Bolinho de Queijo com presunto; Quibe; Pão de queijo; Pãezinhos; Torradas. Frios: Presunto; Requeijão; Salaminho; Queijos: minas, prato, mussarela; Ovos de codorna; Patês (02 tipos); Geleias: (02 sabores); Frutas da Época (04 tipos cortadas); Salada de frutas; Leite condensado. Diversos: Tortas doces (diversas) Bebidas: Sucos: sabores variados (03 no mínimo); Refrigerante: normal e diet: Sabor Cola, laranja, guaraná, limão; Café e Leite; Iogurte sabor morango. Serviço de Buffet: Material (taças de vidro, pratos; talheres; guardanapos, mesa grande, toalha de mesa grande, 01 arranjo de flores em cada mesa) e pessoal para organização e garçons;	Pessoa	2700	R\$ 17,30	R\$ 46.710,00
04	Fornecimento de Coffee Break – Padrão IV ENTRADA Frios: Queijos: minas, mussarela, prato; Presunto; Salaminho; Ovos de codorna; Azeitonas pretas e verdes; Palmito; Requeijão; Patês (02 tipos); Geleias (02 sabores); Frutas da época (04 tipos cortadas). Molhos Molhos diversos para salada. JANTAR -02 Opções de Arroz: Branco. À grega -02 Opções de Carne: Filé (bovino) a Chateaubriand; Bacalhoda;	Pessoa	800	R\$ 55,00	R\$ 44.000,00

<p>MISTURAS -02 Opções: Legumes a sauté; Purê de Batata; SALADAS - 03 Opções: Tropical; Legumes; Salpicão. SOBREMESA - 03 Opções: Pavês diversos; Torta doce; Mousses Diversos. BEBIDAS Sucos: sabores variados (03 no mínimo); Refrigerante: normal e diet: Sabor Cola, laranja, guaraná, limão; Cerveja; Água Mineral. SERVIÇO DE BUFFET: Material (talheres, pratos, taças, guardanapos, 03 mesas retangulares grandes, toalhas de mesa em tecido jacquard, 02 arranjos grandes de flores naturais em cada mesa) e pessoal para organização e garçons;</p>				
<p>Valor total: R\$ 158.430,00 (Cento e cinquenta e oito mil quatrocentos e trinta reais)</p>				

3. OBJETO

3.1 O objeto do presente Instrumento é o Registro de Preços, visando a **contratação de empresa especializada na prestação de serviços de coffee break e lanches diversos**, visando atender a Fundação e Centro Universitário UNIRG, conforme especificações constantes neste Edital e seus anexos, com quantias estimadas e para entregas parciais, destinados às coordenações de curso, Assessoria de Comunicação, Casa de Cultura da Fundação UNIRG e órgãos de apoio ao Centro Universitário UNIRG.

3.2 Os serviços deverão atender todas as exigências de qualidade, sobretudo as relativas à higiene e nutrição, determinadas pelos órgãos competentes – ANVISA, etc.

3.3 Atender rigorosamente os requisitos da legislação vigente aplicadas aos serviços de alimentação (Boas Práticas de Fabricação, Procedimentos Operacionais Padronizados, conforme RDC nº 216 de 15 de setembro de 2004);

4. DO LOCAL E DO PRAZO DA ENTREGA DO OBJETO.

4.1 Os serviços serão prestados **parceladamente**, de acordo a necessidade da Fundação UNIRG e Centro Universitário UNIRG nas quantidades desejadas, em observância a quantia estimada constante no Anexo I.

4.2 Os serviços serão realizados em locais diversos, data e horário a serem determinados pela Fundação UNIRG e Centro Universitário UNIRG, dentro do âmbito do município de Gurupi-TO, de modo que os serviços somente serão realizados com a devida autorização do departamento de Compras e Suprimentos, e deverão ser adequadamente acondicionados em embalagens higiênicas que proporcionem sua perfeita conservação até o momento de serem consumidos.

4.3 As requisições serão expedidas por quaisquer meios de comunicação que possibilitem a comprovação do respectivo recebimento por parte da Contratada, inclusive fax-simile e correio eletrônico.

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

4.4 Deverá ser comunicada a empresa CONTRATADA até 48 (quarenta e oito) horas antes da realização dos serviços, ficando a cargo do Centro Universitário UNIRG e Fundação UNIRG, o padrão de cardápio e quantidade a ser servida conforme especificado no Termo de Referência.

4.5 O horário, bem como data e local de entrega para a prestação dos serviços serão definidos por Gestor responsável, que se encarregará de acompanhar toda a sua execução.

4.6 A CONTRATADA será remunerada pelo preço por pessoa multiplicado pela quantidade de pessoas por coffee-break, lanche ou jantar/almoço fornecido e de acordo com o padrão de fornecimento descrito no Termo de Referência.

4.7 Correrão por conta da contratada todas as despesas de embalagem, seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários, decorrentes da entrega e da própria prestação do serviço.

5. DOS SERVIÇOS

5.1 Atender rigorosamente os requisitos da legislação vigente aplicadas aos serviços de alimentação (Boas Práticas de Fabricação, Procedimentos Operacionais Padronizados, conforme RDC nº 216 de 15 de setembro de 2004);

5.2 O tratamento térmico deve garantir que todas as partes do alimento atinjam a temperatura de no mínimo 70°C, temperaturas inferiores podem ser utilizadas no tratamento térmico desde que as combinações de tempo e temperatura sejam suficientes para assegurar a qualidade higiênico-sanitária do alimento.

5.3 Não reaproveitar as sobras de alimentos, em qualquer tipo de situação.

5.4 Seguir obrigatoriamente as Boas Práticas de Fabricação no manuseio dos alimentos durante todas as etapas de produção, acondicionamento e distribuição;

5.5 Para manuseio dos lanches e necessário a utilização de pegadores;

5.6 Utilizar produtos de qualidade e de boa procedência na preparação dos alimentos servidos, verificando se os fornecedores possuem as Boas Práticas de Fabricação implantadas;

5.7 Realizar o preparo dos alimentos em condições de higiene, tempo e temperatura adequadas, conforme recomendado pela legislação vigente.

5.8 O prazo entre o preparo e entrega das refeições deverá ser o mínimo possível, considerando que os alimentos, quando entregues, deverão apresentar as condições de "recém-preparados".

5.9 A empresa vencedora deverá dispor de mobiliário necessário para servir os "coffee breaks", lanches e coquetéis, tais como mesas, toalhas, guardanapos, bandejas, descartáveis (talheres, copos e pratos), etc., bem como louças, inox, vidros e tecidos, caso o Centro Universitário UNIRG e Fundação UNIRG optem por utilizá-la em substituição aos descartáveis;

5.10 Durante os coffee-break's e jantar/almoço, as bebidas devem ser servidas em jarras de vidro transparente, os salgados, os bolos e doces em utensílios apropriados e de propriedade da contratada, devendo ser levadas em consideração as normas higiênicas e sanitárias que regem a matéria em especial as de salubridade;

5.11 A empresa vencedora deverá contar com pessoal especializado, uniformizado e em número adequado a quantidade de participantes, nos seguintes termos:

5.11.1 Para eventos com 25 e 50 pessoas: pessoal de apoio e mínimo de 01 (um) garçom;

5.11.2 Para eventos com 100 pessoas: pessoal de apoio e no mínimo de 02 (dois) garçons

5.11.3 Para eventos com 200 até 400 pessoas: pessoal de apoio e mínimo de entre 04 (quatro) e 08 (oito) garçons;

5.11.4 Para o evento com 800 pessoas: pessoal de apoio e mínimo de 16 (dezesesseis) garçons;

5.12 A empresa vencedora deverá estar com toda a estrutura montada e serviços realizados com no mínimo 01 (uma) hora de antecedência do início do evento;

5.13 Os alimentos deverão ser obrigatoriamente preparados no dia do evento;

5.14 Quando ocorrer eventos no mesmo dia, porém em turnos diferentes, a empresa vencedora deverá oferecer tipos diferentes de salgados por turnos;

5.15 As bebidas (sucos, refrigerantes, cervejas e água) deverão estar completamente geladas no momento de servir.

5.16 A empresa vencedora deverá servir salgados compostos de carnes brancas sem pele e osso, carnes vermelhas sem gordura e osso, e queijos brancos em maior proporção;

5.17 Eventualmente, os pedidos poderão ocorrer com até 1 (um) dia de antecedência;

5.18 A solicitação será feita em qualquer tempo de acordo com a necessidade da UNIDADE SOLICITANTE, dentro do prazo contratual;

5.19 A CONTRATADA não poderá alterar o cardápio, salvo comunicado prévio ao setor de Compras e Suprimentos, para aprovação desta e desde que não haja alteração nos preços.

5.20 Constatadas irregularidades no objeto contratual, a Contratante poderá:

a) se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

a.1) na hipótese de substituição, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Administração, no mesmo momento da constatação, mantido o preço inicialmente contratado;

b) se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

b.1) na hipótese de complementação, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação do Contratante, no mesmo momento da constatação, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado.

11.4- Nenhum pagamento será efetuado a licitante vencedora enquanto pendente de liquidação, qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, que poderá ser compensada com o(s) pagamento(s) pendente(s), sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

6. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA E DA FORMA DE PAGAMENTO

6.1 A despesa decorrente da prestação do serviço, objeto desta licitação, correrá à conta dos recursos específicos consignados no Orçamento da Fundação UNIRG – **Dotações Orçamentárias nº. 0004.0401.12.364.1241.2106** (Manutenção da Atividades de Reitoria), **0004.0401.12.364.1241.2083** (Manutenção da Administração Geral), **0004.0401.12.364.1241.2082** (Manutenção do Apoio Cultural).

0004.0401.12.364.1241.2099 (Manutenção do Vestibular),
 0004.0401.12.364.1241.2094 (Manutenção do Curso de Administração),
 0004.0401.12.364.1241.2095 (Manutenção do Curso de Ciências Contábeis),
 0004.0401.12.364.1241.2097 (Manutenção do Curso de Ciências da Computação),
 0004.0401.12.364.1241.2096 (Manutenção do Curso de Comunicação Social),
 0004.0401.12.364.1241.2101 (Manutenção do Curso de Direito),
 0004.0401.12.364.1241.2090 (Manutenção do Curso Educação Física),
 0004.0401.12.364.1241.2087 (Manutenção do Curso de Enfermagem),
 0004.0401.12.364.1241.2085 (Manutenção do Curso de Farmácia),
 0004.0401.12.364.1241.2088 (Manutenção do Curso de Fisioterapia),
 0004.0401.12.364.1241.2100 (Manutenção do Curso de Letras),
 0004.0401.12.364.1241.2102 (Manutenção do Curso de Medicina),
 0004.0401.12.364.1241.2103 (Manutenção do Curso de Pedagogia),
 0004.0401.12.364.1241.2086 (Manutenção do Curso de Psicologia),
 0004.0401.12.364.1241.2104 (Manutenção do Curso de Odontologia),
 0004.0401.12.364.1241.2105 (Manutenção do Curso de Engenharia Civil)
e elemento de Despesa nº 3.3.9.0.39.0500-00.000 (Outros Serviços de Terceiros Pessoas Jurídicas).

- 6.2** A CONTRATANTE pagará a Contrata os preços registrados nesta na Ata, salvo alterações inseridas através de reajustamentos.
- 6.3** O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a apresentação de Nota Fiscal que será conferida e atestada por responsável da Fundação UNIRG, depois de verificada a regularidade fiscal da empresa contratada.
- 6.4** As notas fiscais deverão estar acompanhadas do respectivo Termo de Realização dos serviços, devidamente assinado por responsável da Fundação UNIRG.
- 6.5** O CNPJ constante da Nota Fiscal deverá ser o mesmo indicado na proposta, Nota de Empenho e vinculado à conta corrente.
- 6.6** Fica expressamente estabelecido que os preços registrados incluam os custos diretos e indiretos para a completa entrega dos serviços prestados.
- 6.7** Nenhum pagamento será efetuado a licitante vencedora enquanto pendente de liquidação, qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, que poderá ser compensada com o(s) pagamento(s) pendente(s), sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.
- 6.8** A Fundação UNIRG reserva-se o direito de não efetuar o pagamento se os dados constantes da nota fiscal estiverem em desacordo com os dados da empresa vencedora do certame licitatório ou os materiais fornecidos não estiverem em conformidade com a especificação apresentada na proposta.

7. DAS OBRIGAÇÕES DO ORGÃO GERENCIADOR

- 7.1** Efetuar o pagamento ajustado, no prazo e nas condições estipuladas nesta Ata.
- 7.2** Promover o acompanhamento e a fiscalização do serviço prestado, com vistas ao seu perfeito cumprimento, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, comunicando ao PRESTADOR as ocorrências de quaisquer fatos que exijam medidas corretivas;
- 7.3** Atestar a execução do objeto do Contrato por meio do responsável designado;
- 7.4** Fornecer atestado de capacidade técnica quando solicitado, desde que atendidas às obrigações contratuais.

8. DAS OBRIGAÇÕES DO PRESTADOR

8.1 Cumprir fielmente a presente ata de forma que os serviços prestados sejam entregues em perfeito estado e condições de uso, OBSERVANDO em especial os termos do Instrumento Convocatório da respectiva Licitação e de todas as exigências contidas nesta Ata de Registro de Preços.

8.2 Prestador do serviço durante 12 (doze) meses os produtos registrados, de acordo com as especificações do Anexo I deste edital e em consonância com a proposta de preços, na forma e condição determinada nesta Ata de Registro de Preços, mediante a solicitação, devidamente assinada pelo agente responsável;

8.3 Entregar o objeto rigorosamente de acordo com as especificações constantes no Anexo I do Edital do Pregão do Pregão Presencial – SRP e na sua proposta, obedecidos aos critérios e padrões de qualidade predeterminados;

8.4 Reparar, corrigir, remover ou substituir às suas expensas no todo ou em parte, o objeto em que se encontrarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução, transporte, instalação ou de materiais empregados, mesmo após ter sido recebido definitivamente o objeto do contrato;

8.5 A CONTRATADA obriga-se a manter as condições iniciais de habilitação durante toda a vigência do contrato, sob pena de rescisão;

8.6 É vedada a transferência total ou parcial, para terceiros, a prestação do serviço que for adjudicado em consequência deste contrato;

8.7 Responsabilizar-se civil e penalmente por todo e quaisquer danos que venha causar a CONTRATANTE ou a terceiros, por ação ou omissão, em decorrência da prestação do serviço, não sendo a CONTRATANTE, em nenhuma hipótese, responsável por danos indiretos ou lucros cessantes;

9. DA FISCALIZAÇÃO

9.1 A fiscalização da Ata de Registro de Preços será exercida por representante da Contratante, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da vigência da Ata e tudo dará ciência ao Prestador, conforme artigo 67 da Lei 8.666/93.

10. DAS PENALIDADES

10.1 Em conformidade com o estabelecido nos Artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/93, a licitante vencedora que descumprir as condições deste Edital, bem como as da Ata de Registro de Preços e o instrumento contratual ficará sujeita às seguintes penalidades:

- I. Pelo atraso injustificado multa de mora de até 10% (dez por cento) sobre o valor da obrigação, a juízo da Administração;
- II. Pela inexecução total ou parcial das condições deste EDITAL, a Administração poderá, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar as seguintes sanções:
 - a. Advertência;
 - b. Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor da obrigação, a juízo da Administração;
 - c. Suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a 02 (dois) anos;
 - d. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

10.2 A multa, eventualmente imposta ao prestador, será automaticamente descontada da fatura a que mesma fizer jus, acrescida de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês. Caso prestador não tenha nenhum valor a receber da Fundação UNIRG, ser-lhe-á concedido o prazo de 10 (dez) dias úteis, contados de sua intimação, para efetuar o pagamento da multa. Após esse prazo, não sendo efetuado o pagamento, poderá a Administração proceder à cobrança judicial da multa.

10.3 As multas previstas nesta seção não eximem a adjudicatária da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração.

10.4 A aplicação das multas independerá de qualquer interpelação judicial, sendo exigível desde a data do ato, fato ou omissão que lhe tiver dado causa, após instauração de Processo Administrativo com ampla defesa.

10.5 As multas e penalidades serão aplicadas sem prejuízo das sanções cíveis ou penais cabíveis.

11. DA VIGÊNCIA

11.1 A Ata de Registro de Preços terá validade de 12(doze) meses, a contar da data da publicação de seu extrato. O prazo de validade da ata de registro de preços não será superior a doze meses, incluídas eventuais prorrogações, conforme o inciso III do § 3º do art. 15 da Lei nº 8.666, de 1993.

12- VARIAÇÕES DOS PREÇOS REGISTRADOS

12.1 Os preços permanecerão, em regra, invariáveis pelo período de 12 (doze) meses, salvo quando houver disciplinamento diverso.

12.2 A revisão de preços só será admitida no caso de comprovação do desequilíbrio econômico-financeiro, por meio de planilha de custos demonstrativa da majoração e após ampla pesquisa de mercado.

12.2.1 Para a concessão da revisão dos preços, a empresa deverá comunicar a Fundação UNIRG a variação dos preços, por escrito e imediatamente, com pedido justificado de revisão do preço registrado, anexando documentos comprobatórios da majoração e/ou planilha de custos.

12.2.2 Caso a Fundação UNIRG já tenha emitido a nota de empenho respectiva, para que a empresa realize a entrega dos serviços, e a empresa ainda não tenha solicitado a revisão de preços, esta não incidirá sobre o(s) pedido(s) já formalizado(s) e empenhado(s).

12.3 A Fundação UNIRG terá o prazo de 30 (trinta) dias, a partir do recebimento do pleito, para análise dos pedidos de revisão recebidos.

12.3.1 Durante esse período a empresa deverá efetuar as entregas dos pedidos pelo preço registrado e no prazo ajustado, mesmo que a revisão seja julgada procedente pela Fundação UNIRG. Nesse caso, Fundação UNIRG procederá ao reforço dos valores pertinentes aos materiais empenhados após o pedido de revisão.

12.3.2 A empresa obrigará-se-á a realizar as entregas pelo preço registrado caso o pedido de revisão seja julgado improcedente.

12.4 Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, a Fundação convocará o prestador visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

12.4.1 Frustrada a negociação, o prestador será liberado do compromisso assumido.

12.5 Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o prestador, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, a Fundação UNIRG poderá liberar o prestador do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, desde que a comunicação ocorra antes do pedido de prestado.

12.6 O gerenciador da ata de registro de preços acompanhará a evolução dos preços de mercado, com a finalidade de verificar sua compatibilidade com aqueles registrados na ata.

13. CANCELAMENTO REGISTRO DE PREÇO

13.1 O registro do prestador poderá ser cancelado, garantida a prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

I - Pela Administração, quando:

- a) O fornecedor não cumprir as exigências contidas no presente Edital ou Ata de Registro de Preços;
- b) O fornecedor der causa à rescisão administrativa, da contratação decorrente do registro de preços, por um dos motivos elencados no art. 78 e seus incisos da Lei 8.666/93, alterada pela Lei n.º 8.883/94;
- c) O fornecedor não aceitar reduzir o seu preço registrado, quando este se apresentar superior ao praticado pelo mercado;
- d) Por razões de interesse público, devidamente fundamentadas, na forma do inciso XII, do art. 78 da Lei 8.666/93, alterada pela Lei 8.883/94.

II - Pelo prestador, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências deste instrumento convocatório que deu origem ao registro de preços.

13.2 O cancelamento será precedido de processo administrativo, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.

13.3 A comunicação do cancelamento do registro do prestador será feita por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.

13.4 No caso do prestador encontrar-se em lugar ignorado, incerto ou inacessível, a comunicação será feita por publicação, no Diário Oficial do Estado do Tocantins, considerando-se cancelado o registro do prestador, a partir do 5º dia útil, a contar da publicação.

13.5 A solicitação do prestador para cancelamento do registro de preço, não o desobriga da prestação do serviço, até a decisão final do órgão gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas neste instrumento convocatório caso não aceite as razões do pedido.

14. DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

14.1 Poderão utilizar-se da Ata de Registro de Preço qualquer Órgão ou entidade da Administração Pública Municipal que não tenha participado do certame, mediante anuência do Órgão Gerenciador da Ata e aceitação da empresa beneficiária, desde que devidamente comprovada a vantagem e respeitadas, no que couber, as regras contidas na Lei nº 10.520/2002, na Lei nº 8.666/93, no Decreto nº 7.892/2013, nas normas municipais pertinentes e demais normas em vigor e respectivas atualizações.

14.2 Os órgãos que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar o órgão gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

14.3 Poderá o beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do prestação do serviço decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

14.4 As aquisições ou contratações adicionais a que se refere o art. 22 do Decreto nº 7.892/2013, não poderão exceder, por órgão, a cem por cento dos quantitativos dos lotes do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

14.5 O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quántuplo do quantitativo de cada lote registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

14.6 Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a prestação do serviço ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

14.7 Compete ao órgão não participante, os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo prestador das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

14.8 A Fundação UNIRG, na qualidade de órgão gerenciador, só autorizará a adesão à ata após a primeira contratação por órgão integrante da ata.

15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1 As partes contratantes obrigam-se a cumprir e fazer cumprir a presente Ata em todos os seus termos, cláusulas e condições, por si e seus sucessores.

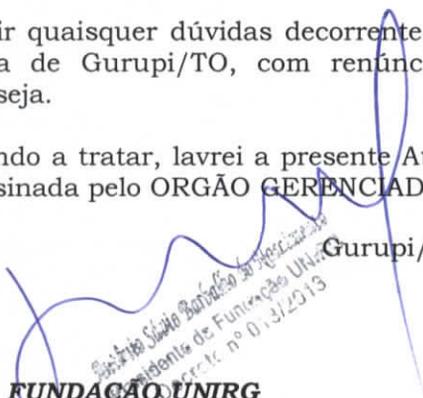
15.2 Rege-se-á a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, nas Leis Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Federal nº 7.892/2013, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, Lei federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com alterações posteriores, **Edital do Pregão Presencial SRP nº 17/2015 e Processos Administrativos nº 2015.02.005794.**

16. DO FORO

16.1 Para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes da presente Ata, elegem as partes como foro, a Comarca de Gurupi/TO, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

Nada mais havendo a tratar, lavrei a presente Ata de Registro de Preços que lida e achada conforme, vai assinada pelo ORGÃO GERENCIADOR e pelo particular prestador.

Gurupi/TO, aos 11 dias do mês de agosto de 2015.


FUNDAÇÃO UNIRG
Antônio Sávio Barbalho do Nascimento
ORGÃO GERENCIADOR


REAL FOTOGRAFIAS E EVENTOS
LTDA -ME
Josivaldo Miranda
PRESTADO

EDITAL DE COMUNICAÇÃO

A empresa denominada Norship - Participação e Representações Comerciais Ltda, CNPJ: 09.053.172/0002-89, torna público que requereu, junto ao Instituto Natureza do Tocantins, Licença de Operação do Terminal de Armazenagem de Químicos e Derivados, para início de operação dos tanques nº 08, 09, 10 e 11 da Bacia 2, com capacidade total de 6000 m³, a ser desenvolvido no Lote 15, localizado no Pátio de Integração Multimodal de Porto Nacional - TO. A atividade se enquadra nas Resoluções CONAMA nº 001/86 e 237/97 e COEMA-TO nº 007/2005. A Responsabilidade Técnica pelo processo de licenciamento ambiental é da empresa Meyer Engenharia e Consultoria.

EDITAL DE COMUNICAÇÃO

Odebrecht Ambiental | Saneatins - Companhia de Saneamento do Tocantins, CNPJ nº 25.089.509/0001-83, torna público que requereu perante o Instituto Natureza do Tocantins - Naturatins, a renovação da Licença de Operação (LO) do Sistema de Esgotamento Sanitário (SES) do município de Colinas do Tocantins, cujo empreendimento se enquadra nas Resoluções Conama 237/1997 e Coema 007/2005, que dispõem sobre o licenciamento ambiental desta atividade.

Palmas - TO, 28 de Julho de 2015.

PABLO FERRAÇO ANDREÃO
Diretor Presidente

EXTRATO DO ESTATUTO SOCIAL DO INSTITUTO COMUNITÁRIO DO TOCANTINS - ICOMTO

O Instituto Comunitário do Tocantins - ICOMTO é constituída na forma de associação sem fins lucrativos, uma sociedade civil de direito privado, sem cunho político ou partidário, tendo por práticas sócio educativa, nas áreas de saúde, esporte, lazer, cultura, habitação, bem como defesa de direitos difusos e coletivos. Fundado no dia 08 de novembro de 2008, inscrito no CNPJ 10.506.057/0001-10 com duração por tempo indeterminado, com sede provisória sito à Rua NC 08, Quadra 11, Lote 07, Vale do Sol, Palmas - TO, CEP: 77.064-332, e foro na cidade e comarca de Palmas - TO. E são órgãos administrativos do ICOMTO: Assembleia Geral; Diretoria Executiva; e o Conselho Fiscal. As eleições para a Diretoria Executiva e Conselho Fiscal do ICOMTO realizar-se-ão, conjuntamente, de 04 (quatro) anos, por chapa completa de candidatos apresentada à Assembleia Geral, podendo seus membros ser reeleitos. Os membros da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal não perceberão nenhum tipo de remuneração, de qualquer espécie ou natureza, pelas atividades exercidas no Instituto, servem desinteressadamente a coletividade.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO PRESENCIAL - SRP- Nº. 17/2015 PROCESSO Nº 2015.02.005794

A Fundação UNIRG torna público o resultado da licitação supramencionada, que tem por objeto o Registro de Preços, visando a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de coffee break e lanches diversos, visando atender a Fundação e Centro Universitário UNIRG.

Nº da Ata SRP	Fornecedor registrado:	CNPJ	Valor total registrado por fornecedor
24	Real Fotografias e Eventos Ltda-ME	04.698.576/000125	158.430,00
Valor Total: 158.430,00 (Cento e cinquenta e oito mil, quatrocentos e trinta reais)			

Validade da Ata: 12(doze) meses, a contar da publicação deste extrato no Diário Oficial do Estado do Tocantins.

A publicação da íntegra da Ata de Registro de Preços encontra-se disponível no portal www.unirg.edu.br/.

FUNDAÇÃO UNIRG
ANTÔNIO SÁVIO BARBALHO DO NASCIMENTO
ORGÃO GERENCIADOR

EDITAL DE COMUNICAÇÃO

FRANKLIN BRINGEL COELHO, CPF 296.255.992-15 torna público que requereu junto ao NATURATINS, Licença Ambiental para atividade Lazer, na Fazenda Lira, localizada na zona rural no município de Babaçulândia/TO, conforme RESOLUÇÃO CONAMA Nº 6 de 24 de janeiro de 1986.

EDITAL DE COMUNICAÇÃO

MINERAX-MINERAÇÃO XAMBIOÁ LTDA, CNPJ: 08.886.407/0001-70, torna público que requereu ao Instituto Natureza do Tocantins NATURATINS as licenças prévia - LP, de instalação - LI, de operação - LO e outorga para construção de barramento, ponte e captação de água da cava na mina da calcário da empresa em Xambioá - TO. O empreendimento se enquadra na Resolução COEMA-TO nº 007/2005, que dispõe sobre Licenciamento Ambiental destas obras.

EDITAL DE COMUNICAÇÃO

A PORTO RIVIERA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS SPE LTDA, CNPJ nº 21.347.939/0001-05, torna público que requereu junto ao Instituto Natureza do Tocantins - NATURATINS, as Licenças (LP), (LI) e (LO) da para o Condomínio Fechado Porto Riviera localizado no Lote Urbano, Mat. 23.227, Setor Alto da Colina - Porto Nacional - TO. O empreendimento se enquadra na Resolução do CONAMA nº 237/97 e Resolução COEMA-TO nº 07/2005, que dispõe sobre Licenciamento Ambiental desta Atividade.

PORTARIA Nº 26, DE 03 DE AGOSTO DE 2015.**SUSPENDE FÉRIAS DE EMPREGADO.**

O PRESIDENTE DO CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DO TOCANTINS - CRMV-TO, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 18, alínea I, da Lei 5.517 de 23 de outubro de 1968, e o artigo 11, alínea I, da Resolução 591, de 26 de junho de 1992, do egrégio Conselho Federal de Medicina Veterinária - CFMV,

RESOLVE:

Art. 1º Suspender a partir do dia 04/08/2015, em razão da necessidade do serviço, 09 (nove) dias de férias do empregado Maicon dos Santos Ramos, Matrícula nº 103, relativas ao período aquisitivo 2014/2015, previstas para 16/07/2015 a 14/08/2015, assegurando o direito de usufruí-las em data oportuna não prejudicial ao serviço público e ao servidor.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Presidência, em Palmas - TO, aos 03 dias do mês de Agosto de 2015.

Méd. Vet. MARCELO AGUIAR INOCENTE
Presidente do CRMV-TO
CRMV-TO Nº 00561

EDITAL DE COMUNICAÇÃO

O Sr. PAULO ROBERTO SANTOS MARQUES, inscrito no CPF nº 111.857.756-68, Proprietário da Fazenda Sombra da Mata, Município de Figueirópolis - TO, torna público que requereu ao Instituto Natureza do Tocantins - NATURATINS, as Licenças Ambientais, LP, LI e LO para Bovinocultura. O empreendimento se enquadra na Resolução do CONAMA nº 237/97 e Resolução COEMA-TO nº 07/2005, que dispõe sobre Licenciamento Ambiental destas Atividades.

EDITAL DE COMUNICAÇÃO

A Senhorita GESSYKA PORTILHO COSTA, proprietário da Chácara Santana, zona rural, no Município de Palmeiras do Tocantins - TO, CPF: 089.378.341-20, torna público que requereu ao Instituto Natureza do Tocantins - NATURATINS, as Licenças Ambientais LP, LI e LO, para as atividades Avicultura de Corte. O empreendimento se enquadra na Resolução do CONAMA nº 237/97 e Resolução COEMA-TO nº 07/2005, que dispõe sobre Licenciamento Ambiental destas Atividades.

EDITAL DE COMUNICAÇÃO

A Senhora Maria de Lourdes Silva Corrêa, CPF 774.486.181-72, torna público que está requerendo a Licença Prévia, a Licença para Instalação e a Licença para Operação, junto ao Instituto Natureza do Tocantins - NATURATINS, Autorização para criação de Bovinos, no município de Itacajá - TO. O empreendimento se enquadra nas Resoluções do COEMA 07/2015 E CONAMA nº 001/86 e 237/97, que dispõem sobre impactos Ambientais desta atividade.

EDITAL DE COMUNICAÇÃO

A empresa CONSTRUTORA E INCORPORADORA SANTO ANTONIO LTDA ME, CNPJ nº 26.936.815/000170, torna público que requereu à Fundação Municipal de Meio Ambiente de Palmas as Licenças (LMP, LMI e LMO) para as Atividades de Parcelamento de Solo e Obras Cíveis Lineares, com endereço na Rua 09, Qd. 31, Lote 10, Taquaralto, Palmas - TO. O empreendimento se enquadra nas Resoluções CONAMA nº 001/86 e 237/97, na Lei Municipal 1011/2011 e Decreto Municipal 244/2002, que dispõem sobre o licenciamento ambiental.